

MEMÓRIA INSTITUCIONAL NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA: RESULTADOS PRELIMINARES¹

Jaqueline Santos Barradas*
Jamylle de Almeida Ferreira**

RESUMO

As autoras discutem a importância da Memória Institucional, um campo multidisciplinar que se beneficia de diferentes profissionais, que vem-se fundamentando e ganhando espaço a partir da década de 1970. Dentro desse contexto, apresentam o conceito de memória organizacional, memória institucional e memória social. Contextualizam o papel da Escola Superior de Guerra, instituição criada em 1949, no Brasil, e descrevem as iniciativas para a implantação de atividades voltadas para a memória institucional na organização, como a recente criação de um setor no âmbito do Centro de Conhecimento Científico e Cultural (C4). Na sua estrutura organizacional, possui ainda Biblioteca, Gráfica e Editora, que possibilita a edição de dois periódicos e de livros científicos. Trata-se de um relato de experiências em que se apresentam os resultados alcançados até o momento e o potencial de desenvolvimento da pesquisa na esfera de Defesa e Segurança do Brasil.

Palavras-chave: Memória Institucional. Segurança. Defesa. Escola Superior de Guerra.

INSTITUTIONAL MEMORY IN THE BRAZILIAN WAR COLLEGE: PRELIMINARY RESULTS

ABSTRACT

The authors discuss the importance of institutional memory, a multidisciplinary field that counts on the contribution of different professionals, and has been grounding itself and gaining space since the 1970s. In this context,

1 Comunicação apresentada em forma de resumo no 8º Congresso Consejo Europeo de Investigaciones Sociales en América Latina, organizado pelo Instituto de Iberoamérica, Universidade de Salamanca, entre 28 de junho a 1 de julho de 2016.

* Doutora em Ciência da Informação (IBICT-UFRJ, 2015). Professora adjunta da Escola de Biblioteconomia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Contato: <jaqueline.barradas@unirio.br>.

** Graduada em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2008), Mestre em História Social pela mesma instituição (2013). Doutoranda em História Social pela Universidade do Rio de Janeiro (UERJ), Membro-pesquisadora da Memória Institucional - Centro de Conhecimento Científico e Cultural da Escola Superior de Guerra (ESG) e do Núcleo de Pesquisa Urbano, Território e Mudanças Contemporâneas - NUTEMC-FFP-UERJ. Contato: <jamylle@esg.br>.

the authors present the concept of organizational, institutional and social memories. They contextualize the role of Brazil War College, an institution created in 1949, in Brazil, and describe the initiatives for the implementation of activities toward institutional memory in the organization, such as the recent creation of a sector within the Scientific and Cultural Knowledge Center (C4). In its organizational structure, C4 also has a Library, a Printer and a Publisher that enable the editing of two journals and scientific books. It deals with reports of experiences in which results achieved and the potential to develop research in the field of Defense and Security in Brazil are presented so far.

Keywords: Institutional Memory. Security. Defense. Brazilian War College. Brazil

MEMORIA INSTITUCIONAL EN LA ESCUELA SUPERIOR DE GUERRA: RESULTADOS PRELIMINARES

RESUMEN

Discute la importancia de la Memoria Institucional, un campo multidisciplinario que se beneficia de diferentes profesionales, que vienen fundamentándose y ganando espacio a partir de la década de 1970. En este contexto presenta el concepto de memoria organizacional, memoria institucional y memoria social. En el caso de la Escuela Superior de Guerra, institución creada en 1949 en Brasil y describe las iniciativas para la implantación de actividades dirigidas a la memoria institucional en la organización, como la reciente creación de un sector en el ámbito del Centro de Conocimiento Científico y Cultural (C4). En su estructura organizacional posee e además una Biblioteca, una Gráfica y Editora, que posibilita la edición de dos periódicos y de libros científicos. Resalta los resultados alcanzados hasta el momento y presenta el potencial de desarrollo de la investigación en la esfera de Defensa y Seguridad de Brasil.

Palabras clave: Memoria Institucional. Seguridad. Defensa. Escuela Superior de Guerra.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a importância da Memória Institucional como campo multidisciplinar que se beneficia de diferentes profissionais e que vem se fundamentando e ganhando espaço a partir da década de 1970.

Trata-se de um relato de experiências em que se destacam os resultados preliminares alcançados pelo setor de Memória Institucional da Escola Superior de Guerra (ESG), criado a partir da estruturação do Centro de Conhecimento Científico e Cultural (C4) e a ele subordinada. Essa divisão tem origem nas oportunidades e

desafios gerados pela aprovação da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI).

A LAI desencadeou a abertura dos arquivos e desclassificou documentos em âmbito nacional. Esse processo ocasionou na ESG a instituição de uma comissão de avaliação de documentos no ano de 2014 (ESCOLA, 2013) que analisou 7.455 documentos classificados como sigilosos, ou seja, mantidos até então sob algum grau de sigilo – entre eles trabalhos de conclusão de curso, conferências e relatórios de viagens individuais e em grupos que datam desde 1950 até os anos 1990 –, disponibilizando 6.936 documentos ao público, o que significa que 93% da documentação foi considerada como ostensiva. O espaço onde ficava armazenada essa documentação passou a receber pesquisadores mediante agendamento prévio e os documentos que ainda conservam algum grau de sigilo foram separados.

A documentação desclassificada precisa ainda receber tratamento técnico adequado e pode ser explorada desdobrando-se em produtos e na construção cotidiana da memória institucional, possibilitando a manutenção da cultura organizacional a partir do necessário tratamento histórico.

De forma geral, contribuições de outros campos do conhecimento têm tornado a área cada vez mais rica, com forte tendência à interdisciplinaridade. O fato de o termo Memória Institucional ser discutido por profissionais de diversas áreas reforça o seu caráter inacabável, ainda em construção, em permanente elaboração.

Nesta direção, está subordinada ao C4 não apenas a Memória Institucional, mas também a Biblioteca, a Editora e a Gráfica, setores que trabalham em conjunto, o que possibilita a interação entre os profissionais de História, Biblioteconomia, Letras e abre possibilidades futuras para ampliarmos nosso quadro de profissionais, pois os novos projetos para a área apontam para a necessidade de arquivistas e museólogos que podem contribuir para preservar a memória institucional.

O C4 assume a responsabilidade sobre a manutenção da cultura material e imaterial da ESG, por meio da preservação de sua memória, legitimada no próprio nome do Centro, e serve de fomento para o alcance dos objetivos institucionais. Dentro deste estão compreendidos os objetivos sociais que estão reservados a uma instituição que se orgulha de estudar o desenvolvimento do Brasil.

O objetivo deste trabalho, além de divulgar o potencial do recém-criado setor de Memória Institucional, é compartilhar as soluções encontradas para o desenvolvimento das atividades.

A metodologia utilizada pautou-se no relato de experiências em que se procurou registrar as realizações da divisão até o momento, considerando os aspectos teóricos estudados por meio de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema.

Descreve a Escola Superior de Guerra, instituição criada em 1949, no Brasil, que vem buscando preservar o que construiu ao longo dos seus 68 anos de existência, uma vez que preza a tradição, pautada numa cultura organizacional muito

característica. Uma instituição que deseja manter sua identidade e se fortalecer diante da sociedade e do público interno de forma transparente, o que justifica o interesse em desenvolver esta comunicação.

Nesse sentido apresenta as iniciativas e projetos em andamento na Memória Institucional, bem como as oportunidades e as soluções encontradas para colocar em prática as ações, ressaltando os resultados alcançados neste curto tempo de atuação.

Aponta ainda a importância da preservação da memória institucional para manter o potencial de desenvolvimento das mais diversas pesquisas acadêmicas sobre defesa e segurança do Brasil, já que a história da instituição está diretamente ligada à história do País.

Para atender ao objetivo exposto acima, foi preciso resgatar um pouco do que vem sendo discutido por pesquisadores de diferentes áreas sobre memória institucional, memória organizacional e memória social, desenvolvidos no próximo item.

2 ENFOQUES CONCEITUAIS

A abordagem sobre memória institucional não pode estar desconectada das principais contribuições sobre memória propostas por Henri Bergson (1999), Maurice Halbwachs (2006) e Michael Pollak (1992). O primeiro trata dos aspectos ligados à memória individual, o segundo, sobre a memória coletiva e o terceiro sobre o caráter social da memória.

De acordo com Bergson (1999, p.280), a memória “não consiste em absoluto, numa regressão do presente ao passado, mas pelo contrário, num progresso do passado ao presente”. Halbwachs (2006, p. 8) compreende a memória como uma resultante das representações coletivas construídas no presente. Para o autor “é impossível conceber o problema da recordação e da localização das lembranças quando não se toma como ponto de referência os contextos sociais reais que servem de baliza a essa reconstrução que chamamos memória”.

Para Halbwachs (2006, p. 30):

[...] nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós.

Os trechos acima tratam da busca por uma continuidade no tempo, o que seria possível pela integração entre o passado e o presente. Propositadamente nesta abordagem, parte-se da memória individual, apoiada no sentimento de identificação e pertencimento ao grupo, para demonstrar a dimensão da inserção

do sujeito dentro da coletividade, avançando para o conceito de memória social, trabalhado a seguir. Esse conceito é o que melhor integra a memória individual e a coletiva, herdada em função de preocupações políticas ou históricas, que permitem que os fatos ultrapassem o tempo de vida daquele que rememora, sendo assimilados por ele como se tivesse feito parte daquele contexto.

Segundo Pollak (1992), a memória é em parte herdada, de forma que a projeção ou identificação com determinado passado pode ocorrer, seja por meio da socialização política ou histórica. Para o autor, a memória é, em todos os níveis, um fenômeno construído social e individualmente e, por isso, tem ligação direta com o sentimento de identidade e esse sentimento constitui a memória institucional.

A memória institucional possui pontos de contato com diferentes temas e áreas, daí a afirmação recorrente de alguns autores sobre a necessidade de manusear a informação de forma interdisciplinar. (COSTA, 1995, p. 46; MOLINA; VALENTIM, 2011, p. 267; ERLI; NÜNNING, 2008, p.1).

Erll e Nünning (2008, p.1), por exemplo, destacam a relação entre cultura e memória, que tem sido discutida em várias partes do mundo nas últimas duas décadas de forma interdisciplinar, envolvendo diversos campos de pesquisa.

Na mesma direção, Rueda, Freitas e Valls (2011) apontam que recentemente muitas empresas começaram a investir em suas memórias institucionais. Isso se deve ao fato de a área poder ser compreendida como um meio eficaz para a manutenção da informação com vistas à gestão organizacional, ou seja, a informação pode instrumentalizar a tomada de decisões estratégicas e colaborar para a geração de inovação e produção de conhecimento. As autoras afirmam que a memória institucional tem na informação sua principal matéria-prima. Sendo assim, cabe a ela não apenas o papel de documentar o acervo ou realizar uma mera celebração do passado, mas o de marketing institucional e de ferramenta de gestão estratégica.

Conforme Totini e Gagate (2004, p.120) diversas empresas e instituições têm-se valido de projetos de memória como ferramenta de gestão estratégica, tanto com relação ao autoconhecimento necessário às tomadas de decisão no presente, quanto ao planejamento do futuro.

Worcman (2004, p.23-24) afirma que a memória pode ser compreendida ainda como elemento de responsabilidade social e histórica. Nesse sentido, a memória institucional tem como objetivo dar credibilidade à história de uma instituição.

A memória institucional também pode contribuir para criar uma identidade para a instituição, independente do ramo que esteja imbuída social, cultural ou empresarial, daí a importância da atuação de seus profissionais em proximidade com a área de Comunicação Social. Na ESG, esse relacionamento com essa e com outras áreas vem sendo aos poucos construído.

Pollak (1992, p. 204) ressalta que a memória é um fenômeno construído em meio às múltiplas relações de poder atuantes na instituição. A memória institucional é um elemento constitutivo do sentimento de identidade, independente da

intencionalidade dos atores envolvidos. Há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e esse sentimento. Sendo assim, memória e identidade definem a institucionalização de uma cultura organizacional. Ele salienta que elas podem ser perfeitamente negociadas e, por isso, são valores comumente disputados em conflitos sociais e intergrupais.

Embora autores de diferentes áreas definam o conceito de memória institucional, para Molina e Valentim (2011), esse conceito é mais estudado pela área de Comunicação Empresarial, enfocando a história da empresa. Os conceitos de memória organizacional e memória corporativa são estudados pela área de Administração e Sistemas de Informação e são utilizados como sinônimos. Além disso, observa-se o uso de outro termo, memória social, utilizado pelas áreas de Ciência da Informação, História, Geografia, Literatura e Sociologia.

Na área de História, a memória social é tratada no campo de disputas que inclui processos múltiplos de produção e articulação das lembranças e esquecimentos dos diferentes sujeitos sociais. Olick e Robbins (1998) observam que os estudos sobre memória social têm o objetivo de analisar as diferentes formas pelas quais somos moldados pelo passado, de maneira consciente ou inconsciente, na esfera pública ou privada, de forma material ou comunicativa, e de modo consensual ou conflitual. Para eles, a memória social contribui na formação de uma memória institucional, porque possibilita a construção de relações sociais e políticas que objetivam fazer parte da história da instituição.

O termo memória institucional foi indicado para representar o recém-criado setor do C4 pelo fato de a ESG se tratar de uma materialização processada em função de tempo e de contexto amplo, muito mais abrangente do que o termo memória organizacional, visto que a criação e a finalidade da ESG estão associadas a acontecimentos que não se resumem apenas ao ambiente interno, têm relação com o contexto mundial da Guerra Fria e com a proposição de soluções para resolver os problemas de desenvolvimento do Brasil. Ou seja, por entender o termo memória organizacional como mais restritivo optou-se por memória institucional.

O conceito de memória institucional é estudado no Brasil por Icléia Thiesen Costa (1995) que o define após diferenciar organização e instituição. A autora defende que a memória institucional engloba a instituição como um todo e que a memória organizacional faz parte da memória institucional, ou seja, a memória institucional é mais abrangente do que a memória organizacional.

Costa (1995) trata a memória como um elemento essencial para funcionamento das instituições, visto que por meio dela se reproduzem na sociedade, retendo as informações que interessem ao seu funcionamento. Nesse contexto, as informações podem ser buscadas tanto interna quanto externamente às instituições. A autora defende ainda que a construção da memória das instituições é o reflexo dessa trajetória social e histórica que se dá a partir dos indivíduos, daí nossa abordagem inicial considerando a produção de Bergson (1999), Halbwachs (2006) e Pollak

(1992), antes de avançarmos para memória institucional.

Foi somente a partir da década de 1970 que, de acordo com Marques (2007), iniciou-se um movimento de valorização da memória institucional. Seu tratamento reflete os estudos sociológicos, antropológicos e históricos voltados à questão da memória. Passou a ser importante registrar e preservar a memória das instituições.

Em contraposição à História Tradicional, que privilegia a longa duração e a narrativa dos acontecimentos e tem nos documentos escritos sua principal fonte, surge a Nova História, mais preocupada com a análise das estruturas (BURKE, 1992, p.12). Assim, nasce a possibilidade de trabalho com outras fontes.

De acordo com Costa (1995, p.46):

A chamada nova história nos conduz a repensar o fato histórico, os acontecimentos e as crises, alargando o campo do documento histórico para abrigar fotografias, filmes, documentos orais, ferramentas, ex-votos, ampliando os horizontes da crítica desses documentos, bem como da percepção do tempo e da mudança.

Para Marques (2007), na década de 1980, são criados os Centros de Arquivos do Mundo do Trabalho na França. Nesse período, no Brasil, a memória institucional vinha sendo tratada de forma mais acentuada em Centros de Memória, mais comumente nos órgãos públicos, em algumas instituições privadas e com maior prevalência em instituições acadêmicas (RUEDA; FREITAS; VALLS, 2011).

Conforme Rueda, Freitas e Valls (2011, p. 85), fatores como o fim do período militar, o processo de redemocratização, a promulgação da Constituição de 1988 e o avanço da tecnologia abriram a possibilidade de resgatar informações para se conhecer a história do País por meio das instituições, disponibilizando-as de forma organizada e transparente à sociedade.

Acrescentamos a esses fatores mais recentemente, a não menos importante Lei de Acesso à Informação (LAI). Nesse contexto, é criada, na ESG, a divisão de Memória Institucional e é estruturado o C4, que assume a feição de um lugar de memória, no sentido que tal conceito ganha na formulação do historiador Pierre Nora (1993), de ser um lugar físico de construção da memória, um lugar cuja função é fazer memória e um lugar simbólico da memória institucional.

Segundo Nora (1993, p. 13):

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Contribuir para a preservação e o resgate da memória institucional equivale a estimular e fortalecer a identidade coletiva da Escola, que conheceremos a seguir.

3 CONHECENDO A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA DO BRASIL

A Escola Superior de Guerra, objeto de estudo do presente artigo, foi criada pela Lei nº 785, em 1949, como um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa destinada a desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários ao exercício de funções de direção e assessoramento superior para o planejamento da Defesa Nacional, incluindo os aspectos fundamentais da Segurança e do Desenvolvimento (BRASIL, 1949).

A ESG funciona como centro de estudos e pesquisas, cuja competência é planejar, coordenar e desenvolver os cursos instituídos pelo Ministério da Defesa, órgão ao qual está diretamente subordinada. A ESG não desempenha função de formulação ou execução da Política do País e suas atividades são de natureza exclusivamente acadêmica, sendo um foro democrático e aberto ao livre debate (ESG, 2016).

A ESG tem sede na cidade do Rio de Janeiro, no bairro da Zonal Sul chamado Urca. Está localizada dentro da Fortaleza São João, sítio histórico onde Estácio de Sá fundou a cidade em 20 de janeiro de 1565. No mesmo Forte, situa-se a Diretoria de Pesquisa Estudos de Pessoal (DEPEP/FSJ), a Escola de Educação Física do Exército (ESEFEEx); a Comissão de Desportos do Exército (CDE); o Instituto de Capacitação Física do Exército (IPCFEx); a Bateria Estácio de Sá da Fortaleza de São João; e o Museu do Desporto do Exército (MUSEEx). O local é um cartão postal carioca, possui como fronteiras duas praias, uma de baía e outra de mar aberto, e ao fundo o Morro Cara de Cão, onde se localiza o famoso bondinho do Pão de Açúcar. O outro *campus* é na capital federal, Brasília, no qual há um projeto para a construção de uma nova sede que abrigará o Comando e a administração central da Escola e se propõe a intensificar as relações com a alta administração do governo federal e com o meio acadêmico de Brasília, com o objetivo de aperfeiçoar a formação de recursos humanos em assuntos de defesa. Temporariamente a ESG-Brasília funciona no anexo do Ministério da Defesa (MD), na Esplanada dos Ministérios (ESCOLA, 2016).

O comandante da ESG é um oficial-general no último posto da carreira das Forças Armadas, substituído a cada dois anos em regime de revezamento entre as Forças; a cadeia de comando é composta por cargos e postos militares; a governança corporativa segue os preceitos e normas militares; e a maior parte de seu efetivo é composta por militares, da ativa e da reserva das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica).

Segundo a Diretriz para o planejamento e a execução das atividades de estudo da Escola Superior de Guerra, atinente a 2016, foram previstos dez cursos, em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. No campus de Brasília, serão ministrados:

Curso Superior de Política e Estratégia (CSUPE); Curso de Direito Internacional dos Conflitos Armados (CDICA), e Curso de Diplomacia de Defesa (CDIPLD). No Rio de Janeiro, Curso Superior de Defesa (CSD); Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia (CAEPE); Curso de Estado-Maior Conjunto (CEMC); Curso Superior de Inteligência Estratégica (CSIE); Curso de Logística e Mobilização Nacional (CLMN); e Curso Avançado de Defesa Sul-Americano (CAD-SUL). Em São Paulo, o Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD) (ESCOLA, 2015).

Para o ano de 2016, os cursos CAEPE, CLMN e CSIE foram adequados à Portaria Normativa Interministerial nº 1, de 26 de agosto de 2015², para serem reconhecidos como pós-graduação, desde que cumpridas as exigências necessárias (BRASIL, 2015).

A ESG, cuja primeira turma foi formada em 1950, orgulha-se de ter diplomado mais de 8.000 “esguianos”, dentre eles, quatro Presidentes da República, 45 ministros de Estado, 20 Senadores, 31 Deputados Federais, vários diplomatas, inúmeros oficiais gerais e personalidades do cenário nacional (ESCOLA, 2016).

Com o objetivo de vivificar a união dos diplomados pela ESG e difundir seus conceitos doutrinários, o método de trabalho e de planejamento estratégico preconizado pela Escola, foi criada, em 1951, a Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG). A ADESG conta com 27 Delegacias, uma em cada capital dos Estados e no Distrito Federal, e com representações em mais de 100 cidades do interior. Desta forma, a ADESG possibilitou, até hoje, a diplomação, nos diversos Cursos de Estudos de Política e Estratégia (CEPE), mais de 80.000 importantes lideranças formadoras de opinião (ESCOLA, 2013).

Em reestruturação regimental realizada em 2014, foi pensada a criação de um centro que incorporasse a Biblioteca, a Gráfica e a Sala de Memória, além de uma Editora e de um Setor de Memória Institucional que reunisse documentos históricos da Escola. Dessa forma, foi concebido o C4 – Centro de Conhecimento Científico e Cultural –, estabelecido formalmente pela Portaria nº 45, de 05 de março de 2015.

A Editora da ESG foi criada um pouco antes, em 22 de outubro de 2014, sob o prefixo editorial 68649, registrado na Biblioteca Nacional. Os profissionais da área (revisores de língua portuguesa e bibliotecários) trabalham em sintonia direta com a Gráfica, estando sob sua responsabilidade o processo de revisão, edição e disponibilização, em meio impresso ou digital, dos periódicos e livros editados pela Escola. O setor é responsável também pela revisão dos conteúdos a serem disponibilizados na internet e intranet. Cabe salientar que a ESG edita dois

2 Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra em nível de pós-graduação *lato sensu*. De acordo com o Art. 1º “Os cursos de pós-graduação *lato sensu* ministrados nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra - ESG são equivalentes aos cursos de pós-graduação *lato sensu* definidos na Resolução n. 001/2001, alterada pela Resolução n. 001/2007, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação”.

periódicos científicos: a Revista da Escola Superior de Guerra, desde 1983, e os Cadernos de Estudos Estratégicos, desde 2006, ambos qualificados pela CAPES na área da Ciência Política e Relações Internacionais. A Revista da Escola Superior de Guerra completou, em 2017, 34 anos de ininterrupta edição, contribuindo para a disseminação de conhecimentos na área de defesa e segurança.

A Memória Institucional foi estabelecida pela mesma portaria que criou o C4. Compõe-se de um acervo documental no qual é registrada a história da Escola, por meio de itens bibliográficos, materiais iconográficos, arquivos de vídeo e de áudio, manuscritos, e parte da produção acadêmica e científica do corpo docente e discente da Escola ao longo de seus 67 anos de existência, contabilizando 7.455 documentos – entre eles monografias, trabalhos de grupo, conferências, palestras, discursos, que datam de 1950 a 1990.

Em 2014, em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (LAI) nº 12.527/2011, a documentação, até então classificada, passou pela seleção de uma Comissão de Avaliação de Documentos, que resultou na desclassificação de 6.936 itens disponibilizados ao público. Deste conjunto, 519 documentos permanecem classificados como sigilosos, representando 7% do total.

A Sala de Memória, criada em 30 de novembro de 2009, foi incorporada à Memória Institucional em 2015. Sua concepção e criação devem-se aos esforços de um dos seus colaboradores mais antigos, o Coronel Reformado do Exército Brasileiro José Everaldo de Albuquerque Montenegro, que cuidou de preservar documentos e mobiliários que fizeram parte da história da Escola.

4 RESULTADOS ALCANÇADOS

O projeto contemplando o desenvolvimento da Memória Institucional é amplo e abarca uma série de subprojetos, que serão realizados na medida em que os recursos – materiais, financeiros e humanos, forem disponibilizados. O ano de 2016 tem sido marcado pela crise econômica e política no Brasil, contexto este que vem dificultando o exercício efetivo das ações do projeto. No entanto, apesar dos entraves decorrentes de tal situação, muitas ações foram realizadas, já que nem todas dependem de orçamento.

Adiante, descreveremos as primeiras ações desencadeadas que implicaram resultados preliminares comentados a seguir.

O trabalho iniciou-se a partir da separação do material – itens bibliográficos (monografias, trabalhos de grupo), documentais (manuscritos, recortes, cartas), iconográficos (fotografias e ilustrações) e sonoros. Os itens bibliográficos foram encaminhados para inserção no acervo da Biblioteca. Os itens de caráter arquivístico aguardam um planejamento para o tratamento adequado. Cabe ressaltar que o C4 não possui em seu quadro um profissional arquivista dificultando a decisão de planejamento. As fotografias foram localizadas no acervo, descritas e organizadas

em álbuns próprios, algumas sem identificação de origem. Parte do acervo fotográfico refere-se aos cursos iniciados na ESG em 1950. A partir da localização e descrição do material fotográfico da 1ª turma, em 1950, foi possível criar um de álbum digital, disponibilizado na intranet, que servirá de protótipo para a criação dos álbuns dos demais cursos e turmas. Também foram localizadas fotografias da ESG e seus integrantes em locais externos à Escola, como na ADESG e com antigos colaboradores e estagiários da Escola.

No processo de formação e desenvolvimento de coleções, aqui representada pelo acervo da Memória Institucional, tão importante como a seleção e avaliação dos materiais de informação, é o desbastamento. Entende-se por desbastamento o conjunto de ações inerentes à retirada (remanejamento) das obras de uma coleção. Vergueiro (1989, p. 74) usa a metáfora da árvore para explicar esta importante etapa do processo, em que “ambas para atingirem a plenitude do desenvolvimento, necessitam ser constantemente desbastadas”. O remanejamento e o descarte podem ser considerados subprocessos do desbastamento. Na avaliação do acervo da memória, foi separado para descarte o material deteriorado – fitas de vídeo e áudio – sem condições de ser utilizadas. Há ainda um material considerável a ser avaliado, aguardando os recursos humanos e o momento adequado para ocorrer.

Igualmente importante foi a adequação do espaço físico onde o material estava localizado. Por conta das restrições orçamentárias anteriormente citadas, não foi possível adotar mudanças radicais no *layout*. No entanto, medidas simples – como mudança na posição das estantes, ajustando-as às luminárias já existentes; troca de lâmpadas por outras mais econômicas, de maior potencial e de maior durabilidade; controle de umidade, temperatura e qualidade do ar com a limpeza mecânica dos condicionadores de ar e alternância de ar natural e climatizado – surtiram efeitos na aparência do ambiente e na saúde dos colaboradores.

No contexto da conservação e manutenção preventiva do acervo, substituíram-se as caixas de papelão por caixas plásticas; realizou-se a limpeza mecânica superficial dos documentos e itens do acervo; efetuou-se uma desinsetização química e mecânica; e adequou-se a quantidade de documentos por caixa, criando um melhor dimensionamento do acervo. O resultado surpreendeu os frequentadores do local, que logo perceberam um ar de frescor no ambiente.

Na esteira das mudanças houve a possibilidade de franquear o acesso à informação a pesquisadores ávidos por documentos. O setor recebe, em média, cinco pesquisadores externos por mês que passaram a utilizar as instalações, antes indisponíveis. Tais pesquisadores são oriundos das mais diversas áreas do conhecimento: Defesa, Segurança, História, Ciência Política, Educação, entre outros.

A atual fase é de estreitamento de laços com outras instituições, tanto civis quanto militares, em busca dos métodos, técnicas, financiamentos e parcerias que auxiliem na execução da atividade pelo C4, detentor de grande parte da memória da ESG. Nessa direção, o Centro mantém contato com o Arquivo Nacional, a Marinha

do Brasil, e a ADESG para o estabelecimento de convênio, acordo de cooperação e assessoria técnica.

Em 2015, iniciamos as tratativas para o estabelecimento de um convênio entre as instituições– Arquivo Nacional e ESG – visando ao desenvolvimento de atividades de assistência técnica e capacitação dos colaboradores da ESG, no que tange à preservação e conservação do acervo. Neste contexto, foram realizadas visitas técnicas em ambas as instituições para conhecer práticas de trabalho e trocar experiências. A visita técnica na ESG sinalizou a necessidade de migrar os itens do acervo para suportes mais adequados, a fim de garantir a preservação da informação original. Na ocasião, a limpeza do acervo e das instalações foi observada e elogiada pela comissão visitante, bem como destacadas como ponto fundamental para a manutenção da vida útil do acervo e da saúde dos profissionais que atuam no local. A partir desta cooperação, pudemos definir, por exemplo, a especificação do equipamento de higienização adequado às necessidades do setor. Há a expectativa de que nossos colaboradores sejam treinados pelo Arquivo Nacional na preparação e higienização de originais para digitalização.

Ainda em setembro de 2015, recebemos a visita de um especialista em arquivo da Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha do Brasil (DPHDM) que avaliou o acervo e o classificou em boas condições de usabilidade. Colaboradores do C4 também visitaram aquela Diretoria no mesmo ano e puderam conhecer práticas arquivísticas e discutir as mais adequadas para dar conta das necessidades informacionais da ESG. Tal assessoria nos orientou sobre como estabelecer políticas para seleção, aquisição, uso e desbastamento de itens do acervo e solicitar a alocação de um profissional da área de Arquivologia para o C4.

Igualmente importante é estabelecer uma parceria com a ADESG. Em março de 2016, uma equipe de profissionais da ESG visitou suas instalações, onde se encontram o acervo bibliográfico e documental da organização. Como citado anteriormente, a ADESG é a associação de diplomados, ex-alunos, aqui nominados estagiários. Em seu acervo constatou-se a existência de documentos, fotografias, manuscritos, trabalhos de grupos da /sobre a ESG, assim como dos cursos de extensão (CEPE) realizados pela organização. Na ocasião foi observado que tais documentos complementam o acervo da ESG, já que muitos deles são exemplares únicos. Ou seja, em uma visita exploratória encontramos uma documentação complementar da memória da instituição, localizada externamente a ela. Os próximos passos em relação ao acervo encontrado será uma solicitação para transferência de tal material para o C4, e uma adequação do espaço físico onde estão armazenados os documentos da ADESG. Há a intenção de que seja usado como um *backup* do acervo original da ESG, mantendo uma redundância em um local distinto, fortalecendo os princípios da preservação física de documentos de memória.

A incorporação da Sala de Memória, criada em 2009, também se insere no contexto do C4. Trata-se de uma réplica da sala do comandante da ESG do ano de 1949.

Foram recriados a arquitetura da época, o padrão do piso sintecado, pintada na cor das paredes originais, adequadas à iluminação do espaço e resgatados o mobiliário original, ocupando cerca de 80 metros quadrados. Trata-se de uma exposição permanente que não recebeu orientação ou envolvimento de um profissional de Museologia, o que significa que pode haver futuramente oportunidade nessa área, dada a expansão e a complexidade que o C4 vem ganhando. Desta forma, o espaço físico revive o ano de criação da Escola. Tornou-se um espaço museológico de forte impacto, pois transporta o visitante ao passado.

Os resultados não param por aí. Recentemente iniciamos o Projeto de História Oral, a partir de entrevista com voluntários mais antigos atuantes na ESG. Curiosamente a ESG mantém em seus quadros de colaboradores 20 voluntários, alguns com mais de vinte anos de dedicação à Escola. São militares da reserva ou reformados, civis aposentados e ex-estagiários que dedicam parte do seu tempo útil às atividades de extensão, organização de eventos, acompanhamento dos estagiários, entre outros. A finalidade desse Projeto é resgatar a memória dos colaboradores mais antigos em tempo de serviço e idade, suas realizações e contribuições ao conhecimento produzido ao longo dos anos. As primeiras entrevistas foram realizadas seguindo um roteiro pré-definido, mas houve também a liberdade de os entrevistados contribuírem com informações complementares julgadas importantes. Segundo Mynaio (2010), as entrevistas podem até mesmo ser consideradas conversas com finalidades, caracterizando-se por sua forma de organização. É também por meio das entrevistas que ocorrem os processos de narrativas de vida, ou também denominadas “histórias de vidas”, “histórias etnográficas”, “etnobiografias” ou “etno-histórias”.

As entrevistas também foram filmadas para posteriormente serem utilizadas as imagens para criar pequenos vídeos para hospedagem na intranet da Escola, como parte de um projeto ainda em fase de discussão e aprovação interna.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As sementes foram plantadas. A ESG, ao longo de seus 68 anos de existência, acumulou grande quantidade de feitos, entre cursos realizados, estagiários formados e significativa produção acadêmica, contribuindo para a formação de um pensamento nacional, que ora está sendo resgatado pelas ações em curso.

Todas as iniciativas que desencadearam na criação do C4 e na estruturação de uma área de Memória Institucional simultaneamente são resultados de reflexões sobre as necessidades de a organização pensar e resgatar seu passado glorioso.

As ações realizadas até agora foram efetuadas num momento de crise econômica que vem afetando seriamente o País. Apesar disso, as atividades não foram paralisadas. Pelo contrário. Os colaboradores motivados sensibilizaram-

se para o atendimento criativo das demandas pretéritas, presentes e futuras, evidenciando o “jeitinho brasileiro” cunhado por Damatta (2004).

Pode-se aludir o caráter interdisciplinar do C4 à necessidade de utilização dos princípios metodológicos oriundos da Biblioteconomia, da História, da arquivística como garantia de que o caráter histórico, probatório ou de patrimônio cultural-documental, seja preservado às gerações futuras e de fato se consolide como uma identidade institucional.

Muito já foi realizado, mas ainda há muito que se fazer. Estamos no início de um caminho sem volta, com muitos frutos a serem colhidos. Como projetos futuros que irão se somar aos anteriormente citados está o ESG 70 anos, em 2019, quando a Escola completará seu septuagenário.

REFERÊNCIAS

BERGSON, Henri. *Matéria e memória*: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

BRASIL. Lei n. 785, de 20 de agosto de 1949. Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 30 ago. 1949.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5, no inciso II do § 3o do art. 37 e no § 2o do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, Edição extra, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA DEFESA. Portaria Normativa nº 1.806/MD, de 20 de agosto de 2015. Aprova a Diretriz para o Planejamento e a Execução das Atividades de Estudo e para o Processo Seletivo aos Cursos da Escola Superior de Guerra, atinente ao ano de 2016. *Diário Oficial da União*, nº 160, 21 de agosto de 2015, Seção 1, p. 24-26. Disponível em: <http://www.esg.br/index.php/br/cursos/diretrizes> Acesso em: 21 abr. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Portaria Normativa Interministerial n. 1, de 26 de agosto de 2015. Dispõe sobre a equivalência de cursos nas instituições militares de ensino e na Escola Superior de Guerra em nível de pós-graduação lato sensu. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, nº 164, Seção 1, 27 ago. 2015. p. 20

BURKE, Perter (Org.). *A escrita da história*: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992.

COSTA, Icleia Thiesen Magalhaes. *Memória institucional: um conceito em definição*. Informare. Cad. Prog. Pos-Grad. Ci. Inf., Rio de Janeiro, v.1, n. 2, p.45-51, jul. / dez. 1995.

DAMATTA, Roberto. *O que faz o brasil, Brasil?*. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

ERLL, A.; NÜNNING, A. *Cultural memory studies: an international and interdisciplinary handbook*. Berlin; New York: Walter de Gruyter, 2008. Disponível em: <<http://www.let.leidenuniv.nl/pdf/geschiedenis/cultural%20memory.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2011.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2016. Regimento Interno (RI). *Boletim Interno*, Rio de Janeiro, n. 10, p. 34, 4 fev. 2016.

_____. Portaria n. 45, de 5 de março de 2015. Revoga o Art. 33 do Regimento interno da ESG, incorpora a Biblioteca e a Gráfica ao C4. Cria a Editora e a Memória Institucional e estabelece as competências para o C4 e a sua constituição. *Boletim Interno*, Rio de Janeiro, n. 15, p. 189-190. 5 mar. 2015.

_____. Boletim Interno Reservado n. 44, de 26 de dezembro de 2013. Nomeia a Comissão para realizar a análise dos documentos acadêmicos sigilosos arquivados na Biblioteca da ESG. Rio de Janeiro, p. 187. 2013.

_____. Vídeo institucional da ESG. 2013. Disponível em: <<http://www.esg.br/index.php/br/2014-02-19-17-51-50/apresentacao>> Acesso em: 21 abr. 2016.

GOMEZ, José Antonio Turnes. *A implementação da Lei de Acesso à Informação no âmbito da Inteligência Estratégica: Os Posicionamentos da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI)*. Rio de Janeiro: ESG, 2015.

HALBWACHS, M. *A memória coletiva*. Trad. de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro, 2006.

MARQUES, Otacílio Guedes. *Informação histórica: recuperação e divulgação da memória do poder judiciário brasileiro*. 2007. 133 f. Dissertação (Pós Graduação) -Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

MINAYO, M.C. de S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 12 ed. São Paulo: Hucitec-Abrasco, 2010.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória Organizacional,

Memória Corporativa e Memória Institucional: discussões conceituais e terminológicas. *Revista EDICIC*, v.1, n.1, p.262-276, jan. / mar. 2011. Disponível em: <<http://www.edicic.org/revista/>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, dez. 1993.

OLICK, Jeffrey K; ROBBINS, Joyce. From Collective Memory to the Historical Sociology of Mnemonic Practices. *Annual Review of Sociology*, v. 24, p. 105-40, 1998.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social: estudos históricos. *Revista Estudos Históricos*, [S.l.], v. 5, n. 10, p. 200-215, jul. 1992. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1941/1080>>. Acesso em: 20 maio 2016.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória institucional: uma revisão de literatura. *CRB8-Digital*, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89. abr. 2011. Disponível em: <<http://revista.crb8.org.br/index.php/crb8digital/article/viewFile/62/64>>. Acesso em: 08 jun. 2016.

TOTINI, B.; GAGETE, E. Memória empresarial, uma análise da sua evolução. In: NASSAR, P. (Org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: ABERJE, 2004. p.113-126.

VERGUEIRO, W. *Desenvolvimento de coleções*. São Paulo: Polis, 1989.

WORCMAN, Karen. *Memória do futuro: um desafio*. In NASSAR, Paulo (Org.). *Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações*. São Paulo: Aberje, 2004.

Recebido em: 01 set. 2017

Aceito em: 13 nov. 2017